



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E**  
**SECRETARIADO EXECUTIVO**

**DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA**

**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**LUCAS FRANÇA BARBOSA**

**CRÉDITO E MICROCRÉDITO NO BRASIL: UMA APRESENTAÇÃO PARA OS**  
**PERÍODOS 1964-1973 e 2003- 2010.**

**FORTALEZA**

**2018**

LUCAS FRANÇA BARBOSA

CRÉDITO E MICROCRÉDITO NO BRASIL: UMA APRESENTAÇÃO PARA OS  
PERÍODOS 1964-1973 e 2003- 2010.

Monografia apresentada ao curso de Ciências  
Econômicas do Departamento de Teoria  
Econômica da Universidade Federal do Ceará,  
como requisito parcial para obtenção do Título de  
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra Ana Maria Fontenele.

FORTALEZA

2018



LUCAS FRANÇA BARBOSA

CRÉDITO E MICROCRÉDITO NO BRASIL: UMA APRESENTAÇÃO PARA OS  
PERÍODOS 1964-1973 e 2003- 2010.

Monografia apresentada ao curso de Ciências  
Econômicas do Departamento de Teoria  
Econômica da Universidade Federal do Ceará,  
como requisito parcial para obtenção do Título de  
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Professora Ana Maria Fontenele

Aprovada em: 17/12/2018.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Ana Maria Fontenele  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dra. Jacqueline Franco Cavalcante  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Alfredo José Pessoa de Oliveira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

## **AGRADECIMENTOS**

**Agradecer primeiramente a Deus pelo presente que é a vida.**

**Aos meus pais Carlos e Luciana e minha irmã Lorena por todo apoio e dedicação ao longo dos anos juntamente com meus padrinhos Vânia e José Maria.**

**A professora Ana Maria por toda a gentileza, disponibilidade e paciência durante esse período e também a banca composta pelos professores Alfredo Pessoa e Jacqueline Franco que fizeram observações fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.**

**Aos amigos que fiz durante esse tempo na FEACS, como também aos profissionais da coordenação do curso e a todos que contribuíram direta ou indiretamente para meu desenvolvimento.**

## RESUMO

Esse estudo tem como objetivo analisar a influencia do crédito e microcrédito na economia a partir da observação de alguns períodos. O crédito tem-se mostrado como um instrumento de desenvolvimento econômico e sua composição é constantemente analisada e utilizada como incentivo à atividade econômica nos mais diversos setores e entre eles o microcrédito aparece não só como uma variável econômica, mas também como ferramenta de inclusão social e financeira dos setores de menor renda da economia através de programas de microcrédito orientado. Nesse sentido, sua evolução e composição demonstram uma relação positiva com o desempenho econômico como observados nos períodos de 1964 a 1973 analisados neste estudo.

**Palavras-chaves:** Crédito Microcrédito politica monetária PIB atividade econômica.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze the influence of credit and microcredit in the economy from the observation of some periods. Credit has shown itself to be an instrument of economic development and its confrontation is constantly analyzed and used as an incentive to economic activity in the most diverse sectors and among them microcredit appears not only as an economic variable, but also as a financial and social incorporation tool of the economy sectors of the lowest economy income through oriented microcredit programs. In this regard, its growth and construction exhibit a positive relationship with the economic performance as those observed in those subsequent periods from 1964 to 1973 and also from 2003 to 2011 as analyzed in this study.

**Keywords:** Credit, GDP, Monetary Policy, GDP, Economical Activity, Micro Finance.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Evolução do déficit e da forma de financiamento	17
Quadro 2	Variação real da base monetária % ao ano	18
Quadro 3	Taxa de crescimento dos meios de pagamentos e do crédito no Brasil	21
Quadro 4	Síntese de indicadores Macroeconômicos –1964–1973	22
Quadro 5	Variação do Produto Interno Bruto real e saldos no Balanço de Pagamentos em milhões de dólares	23
Quadro 6	Síntese de indicadores Governo Lula	29
Quadro 7	Valor e quantidade de operações da carteira total por clientes de microcrédito.	35
Quadro 8	Indicadores de alcance Crediamigo e Agroamigo	37
Quadro 9	Valores desembolsados Crediamigo e Agroamigo	38
Quadro 10	Setores beneficiados com o Credamigo e o Agroamigo	39

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	A participação do crédito no PIB 2000-2014	27
Gráfico 2 –	Saldo das Operações de Crédito Totais do Sistema Financeiro Brasileiro % do PIB (janeiro de 2004 a outubro 2009).	28
Gráfico 3 –	Evolução do saldo das modalidades de crédito direcionado	32
Gráfico 4 –	Participação relativa das modalidades de crédito direcionado Brasil 2017	33

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PIB	Produto Interno Bruto
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
BCB	Banco Central do Brasil
M1	Papel moeda em poder do público + Depósitos à vista
SFB	Sistema Financeiro Brasileiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP	Índice geral de preços
BACEN	Banco Central
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
SFI	Sistema Financeiro Imobiliário
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos
TR	Taxa Referencial
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
OSCIP	Organização da sociedade civil de interesse público
SCM	Sistema de Informações de Crédito do Banco Central
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
PF	Pessoa Física
PJ	Pessoa Jurídica
INEC	Instituto Nordeste Cidadania
BNH	Banco Nacional de Habitação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO PAEG, MILAGRE ECONÔMICO, GOVERNO LULA</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Sobre o PAEG</b>	<b>16</b>
<b>2.2</b>	<b>Sobre o Milagre Econômico</b>	<b>18</b>
<b>2.3</b>	<b>Crédito e crescimento no PAEG e no Milagre Econômico</b>	<b>21</b>
<b>2.4</b>	<b>Sobre o Governo Lula</b>	<b>25</b>
<b>2.5</b>	<b>Crédito e crescimento no governo Lula</b>	<b>26</b>
<b>3</b>	<b>IMPORTÂNCIA DO MICROCRÉDITO NA ATIVIDADE ECONÔMICA</b>	<b>31</b>
<b>3.1</b>	<b>Microcrédito e crédito no Brasil</b>	<b>31</b>
<b>3.2</b>	<b>Programas de microcrédito orientado</b>	<b>34</b>
<b>3.3</b>	<b>Aplicações e resultados Crediamigo e Agroamigo</b>	<b>35</b>
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>41</b>
<b>5.</b>	<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>43</b>



## 1. INTRODUÇÃO

Com o intuito de analisar a influência do crédito no PIB (Produto Interno Bruto), observaremos três períodos da atividade econômica visando constatar a influencia do crédito no crescimento do país. Assim como também o avanço do microcrédito e seus resultados através da análise de programas do Banco do Nordeste do Brasil como o CREDAMIGO E O AGROAMIGO.

Iniciando pelo período de 1964-1973 e o comportamento da base monetária, que no caso servirá como ferramenta para verificarmos a expansão de crédito devido à dificuldade com a apuração de dados no governo militar, verificando de acordo com as diretrizes do PAEG um período de restrição na oferta de crédito, sendo essa política alterada a partir de 1969 e conseqüentemente a expansão do crédito, além do governo Lula que contou com participação relevante do crédito na atividade produtiva e políticas monetárias distintas nos dois mandatos.

No Brasil temos ainda uma participação baixa na relação crédito PIB comparando a outros países desenvolvidos, mas sua composição pode ser dividida em dois grupos, chamados de livre e direcionado, sendo este conduzido pelos bancos públicos para determinados setores da economia com base em lei e é dividido em alguns segmentos como crédito imobiliário, rural e o do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento), uma instituição voltada para promover o desenvolvimento de empresas nacionais, já o crédito livre está envolto nas relações com as instituições financeiras sendo as negociações feitas entre as partes envolvidas.

A partir do detalhamento feito acerca das variáveis a serem estudadas, é importante ressaltar os objetivos da análise que será feita. O presente estudo tem como objetivo geral analisar a influência do crédito e microcrédito em alguns períodos da economia brasileira. Os objetivos específicos são:

- a) Verificar os períodos escolhidos (PAEG, Milagre Econômico e Governo Lula) e observar a oferta de moeda, a oferta de crédito como indicativo de uma expansão do política monetária e sua influência na economia a partir da análise alguns indicadores;
- b) Analisar a evolução do microcrédito como ferramenta de inclusão e desenvolvimento econômico;

Observaremos o período de 1964-1973 que iniciou com o governo do Marechal Humberto Castello Branco (1964-66), de Arthur da Costa e Silva (1967-69) e Emílio Garrastazu Médici (1969-73) e o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 -2011) e suas semelhanças quanto a condução da política monetária através do crédito e dos meios de pagamentos ofertados.

O salto temporal do final do Milagre Econômico para o início do Governo Lula em 2003 reflete as conseqüências do endividamento externo que financiou o milagre econômico, os choques promovidos pelo petróleo na década de 1970 e do período conhecido como década perdida que contou com o estrangulamento da dívida de natureza externa e a inflexão do ciclo econômico, assim como a contração do crédito doméstico ao setor produtivo.

Como também a estagnação do nível de atividade, por profundos desequilíbrios macroeconômicos e, em especial, pela hiperinflação. No período 1980-1993, a taxa de crescimento média da economia brasileira foi muito baixa, de apenas 2,1% ao ano, fazendo com que o país registrasse uma estagnação do PIB per capita entre 1980 e 1993 de acordo com Giambialgi e Moreira (1999).

Os anos 90 caracterizaram-se pela inflação elevadíssima e crescente, além déficit fiscal, medido pelas necessidades de financiamento do setor público. Além das conseqüências das tentativas de planos de estabilização da moeda que perduraram até o Plano em Real em 1994.

Profundas transformações estruturais que abriram caminho para um novo tipo de inserção internacional com a abertura econômica e a privatização, associadas à estabilidade, resultaram em forte incentivo aos investimentos tanto nacionais quanto estrangeiros, o que levaram até o governo Lula que será um dos períodos analisados tanto pelo crescimento da atividade produtiva quanto pela alta participação do crédito no processo.

Sendo os períodos escolhidos para a análise, caracterizados pela relevante participação do crédito na relação com o Produto Interno Bruto (PIB) e pelas mudanças na aplicação da política monetária, já que no início do PAEG objetivo era uma restrição da política creditícia visando o combate a inflação, assim como no início do governo Lula, além da mudança do papel do crédito e microcrédito ao longo desses períodos com suas composições e funções sendo alteradas de acordo com a conjuntura analisada.

## **2. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO PAEG, MILAGRE ECONÔMICO, GOVERNO LULA.**

Neste capítulo analisaremos o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) e sua política monetária, assim como o Milagre Econômico e suas particularidades através da análise do crédito público e privado, do M1 no período e a trajetória do PIB visando verificar a influencia do crédito em alguns indicadores da atividade econômica, e por fim a relação de crédito e crescimento do governo Lula caracterizado pela alta participação do crédito na relação Crédito/PIB.

A justificativa para esses períodos analisado é fundamentada na a condução das políticas monetárias e suas conseqüências nos períodos escolhidos, assim como os resultados dos indicadores macroeconômicos, sendo os momentos de restrição e expansão do crédito características do processo analisado.

O primeiro período analisado que vai de 1964 a 1973 que inicialmente contou com a adoção de uma política monetária contracionista, pois tinha embasamento no diagnóstico realizado pelo PAEG que apontava a expansão monetária como causa dos altos índices inflacionários e tinha diretrizes que apontavam para uma redução do déficit e conseqüentemente a redução da oferta de crédito principalmente as empresas.

Entretanto a mudança na condução da política monetária, na qual os governos de Castelo Branco e principalmente com Médici a partir de 1969 promoveram um aumento nos meios de pagamentos e na oferta de crédito total, gerando crescimento nos indicadores macroeconômicos, principalmente no Milagre Econômico que foi caracterizado pela altas taxas de PIB

Assim como o Governo Lula (2003-2011), o segundo período da nossa análise caracteriza-se por inicialmente adotar uma política com um viés contracionista já que primeiro ano do governo foi marcado por uma alta expectativa inflacionária em seu principio, forçando a partir disso a equipe econômica a adotar medidas de contenção ortodoxa, como o aumento substancial da taxa de juros, que atingiu os 23% ao ano em taxa selic, bem como um aperto fiscal. Respeitando o tripé macroeconômico formado pela flutuação cambial, metas de inflação, austeridade fiscal.

Entretanto no seu segundo mandato ocorreu uma mudança na política monetária passando para uma expansão tanto da base creditícia como no Milagre Econômico, assim como uma expansão dos gastos governamentais e o fomento ao consumo, no qual houve aumento tanto no consumo familiar como no governamental.

O crédito praticamente dobrou no período de 2004 a 2009, boa parte graças a essa mudança no segundo mandato, assim como o crescimento dos indicadores macroeconômicos refletidos no PIB, consumo, exportações e a inclusão de setores menos favorecidos no sistema financeiro nacional através do reforço a políticas de microcrédito.

Sendo assim, os períodos escolhidos neste trabalho buscam fundamentar a condução da política monetária através da oferta de moedas, dos meios de pagamentos e suas influências na atividade econômica através dos indicadores macroeconômicos analisados.

Suas características e similaridades quanto ao processo de expansão e retração do crédito na atividade econômica serão apresentadas com mais detalhes ao longo do capítulo.

## **2.1 SOBRE O PAEG (PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO).**

O PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) foi o primeiro plano econômico do governo brasileiro após o Golpe Civil-Militar de 1964 e tinha como objetivo estabilizar a inflação buscando reajustar os preços sem uma preocupação tão severa com o crescimento econômico. Diante disso, o governo resolveu adotar medidas baseadas no diagnóstico para a causa da inflação e entre os fatores ligados a ela estavam à expansão de crédito as empresas.

Com isso foi estabelecido que os tetos globais de crédito às empresas deveriam ser reajustados proporcionalmente ao crescimento do Produto Nacional a preços correntes ou, alternativamente, ao crescimento do total dos meios de pagamento (PAEG, 1964, P, 34)

No que diz respeito à política monetária, o PAEG baseou-se em duas diretrizes para evitar a expansão da base monetária que seriam de acordo com o documento do programa (PAEG, 1964: 64) as seguintes:

- Redução dos déficits governamentais para evitar que as Autoridades Monetárias sejam passivamente obrigadas a emitir moeda
- Controle do crédito ao setor privado

As reformas financeiras realizadas a partir de 1964, como a instituição da correção monetária (Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964), a constituição do Banco Central do Brasil (BCB) e o fim da Lei da Usura (Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964) contribuíram para que houvesse melhores condições de financiamento da dívida pública, bem como estabilização econômica e aumento da oferta de crédito como observa Lundberg (2011)

Para Cysne (1988), o controle da oferta de moeda passa necessariamente pelo controle déficit público sendo o combate à inflação realizada através da contenção dos déficits governamentais cabendo a União o esforço inicial de sanear suas finanças através de corte de despesas, racionalização do sistema tributário e restauração do prestígio dos títulos públicos.

Quadro 1 – Evolução do déficit e da Forma de Financiamento

EVOLUÇÃO DO DÉFICIT E DA FORMA DE FINANCIAMENTO				
Anos	Déficit (% do PIB)	Valor (Milhões de R\$)	Autoridade Monetária	Financiamento Público
1963	4,2	504,7	426,4 (84,5%)	78,3 (15,5%)
1964	3,2	728,2	736,4(101%)	-8,2 (-1%)
1965	1,6	592,2	269,7(45,5%)	323,2 (54,5%)
1966	1,1	586,6	-190,4(3%)	606,3 (103%)

Fonte: CYSNE (1988)

Sendo que no PAEG, a expansão monetária foi o instrumento escolhido como fonte de financiamento porque o Tesouro não conseguiu financiar o seu déficit por endividamento público, perdurando até o final de 1965 quando os títulos públicos passaram a ser corrigidos pela inflação passada conforme Lucinda e Avarte (2005).

É válido destacar que até o ano de 1965 a autoridade monetária era formada pela Superintendência da Moeda e do crédito (SUMOC), que foi criada em 1945 e tinha por objetivo criar base para a organização de um Banco Central, que no caso seria o Banco do Brasil, já que era um banco do governo de acordo com as normas da SUMOC e por isso emprestava dinheiro e pelo Tesouro Nacional que emitia o papel moeda.

Só por meio da lei de Lei nº 4.595/64, o sistema financeiro nacional passou a ser formado pelo BCB, pelo CMN e pelo BNDE.

**Quadro 2** - Variação real da base monetária (% ao ano)

Variação real da base monetária (% ao ano)	
Período	Base Monetária
1962	0,2%
1963	-3,25%
1964	-10,6%
1965	3,80%
1966	-10,7%
1967	1,1%

Fonte: BCB

A política monetária pode ser observada nesta tabela com a variação negativa de -10,6 % na expansão monetária, mas em 1965 já se percebe uma política voltada para o crescimento com expansão positiva da base monetária de 3,80% em 1965.

Do ponto de vista da expansão do crédito para as empresas e dos aumentos salariais superiores aos aumentos de produtividade, não estaria claro até que ponto estes fatores seriam causas autônomas ou induzidas da inflação brasileira, porém afirmava-se, por outro lado, que "alguns indícios sugerem, todavia, que ultimamente a inflação brasileira estaria assumindo a tônica de inflação de custos". (PAEG, 1964, p.30).

## **2.2 SOBRE O MILAGRE ECONÔMICO (1968 – 1973 )**

Foi o período caracterizado pela taxas muito elevadas de crescimento econômico com o PIB saindo de 3,4% para 14,0% em 1973, por taxas de inflação declinantes e relativamente baixas para os padrões brasileiros e por superávits no balanço de pagamentos que ultrapassaram os dois milhões em 1972.

Segundo Simonsen e Campos (1974), o período 1964-1967 teria sido um período caracterizado por um “esforço de restauração”, diante da situação de descontrole inflacionário, déficits crônicos no balanço de pagamentos e colapso do investimento herdados do governo anterior, o que implicaria um sacrifício temporário das taxas de crescimento. Em

função do ajuste macroeconômico e das reformas institucionais associadas ao PAEG, teriam sido criadas as condições que tornariam possível a aceleração do crescimento no período 1968-1973.

Os fatores determinantes para o Milagre Econômico fomentam discussões entre os economistas, embora esse período tenha sido amplamente estudado, não existe um consenso em relação aos determinantes.

Entre esses fatores estão à política econômica do período 1968-1973, com destaque para as políticas monetárias e creditícias expansionistas, a política externa favorável e as reformas institucionais do PAEG como a reforma fiscal, tributária e financeira visto que o sistema financeiro brasileiro (SFB) sofreu uma reforma institucional que foi caracterizada, por exemplo, com a criação do BACEN.

Essa reforma institucional proporcionou a reformulação Sistema Financeiro Brasileiro, já que até meados da década de 1960, o mesmo constituía-se, basicamente, de quatro tipos de instituições: bancos comerciais privados e financeiras, que atuavam na provisão de capital de giro para as empresas; caixas econômicas federais e estaduais, atuando no crédito imobiliário; e bancos públicos (Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE), únicos que atuavam na intermediação a prazos mais longos. As Instituições não bancárias, embora existissem, tinham papel secundário no mercado financeiro do Brasil anterior ao PAEG.

A criação do Conselho Monetário Nacional (CMN) em 1964 em substituição a SUMOC e passou a exercer a função normativa e reguladora sistema financeiro brasileiro.

A composição um conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam transferir recursos dos agentes econômicos, dos agentes superavitários para os deficitários. A razão dessas reformas foram a lei de reforma bancária em 1964 e a lei de mercado de capitais em 1965, ambas a partir da criação do BACEN e dos benefícios da ação do PAEG.

O sistema de especialização das atividades financeiras, que seguia o modelo norte-americano, foi reformulado, incentivando-se a centralização e concentração dos bancos. Nesse período, manteve-se elevada a participação dos bancos oficiais no total dos empréstimos bancários realizados, que registraram 62,6% em 1968, 63,4% em 1970, 59,7%

em 1973 e 66,0% em 1975 e o número de bancos comerciais no Brasil caiu de 313 em 1967 para 195 em 1970.

O Sistema Financeiro Nacional possibilitou a geração de créditos internos em escala significativa ao longo dos períodos em que o ciclo econômico se mostrou ascendente. Por exemplo, durante o "milagre econômico", de 1966 a 1974, os empréstimos ao setor privado evoluíram mais de 600% em termos reais. No entanto, foi a entrada líquida de capitais externos até 1981, via empréstimos em moeda, a principal modalidade de financiamento de longo prazo encontrada pela economia brasileira.

A atuação das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos que no período financiavam as compras em prazos de 12 a 36 meses com recursos obtidos através da colocação de letras de câmbio o que proporcionou o aumento do crédito para os consumidores dentro do setor de bens de consumo duráveis.

Outro setor beneficiado com a expansão creditícia e reformas financeiras foi o setor da construção civil que foi beneficiado com atuação do BNH (Banco Nacional de Habitação através da caderneta de poupança e do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Como dito, a reforma do sistema financeiro proporcionou mudanças na forma de organização do mesmo, como o sistema de especialização das atividades financeira que passou a centralizar o capital bancário, perdurando até o final dos anos 80.

Em 1988, por resolução do Conselho Monetário Nacional, foi criada a figura dos bancos múltiplos. A partir daí, uma instituição poderia reunir as várias empresas de um conglomerado financeiro numa única pessoa jurídica. Essa alteração, que marca um movimento inverso ao da reforma dos anos 60, foi importante para alterar a forma de organização das instituições, embora tenha sido pequeno o impacto sobre sua maneira de atuar porque, na verdade, já operavam como autênticos bancos múltiplos conforme Mendes (1993).

Com essa reforma, o Sistema Financeiro Nacional possibilitou a geração de créditos internos em escala significativa ao longo dos períodos em que o ciclo econômico se mostrou ascendente. Por exemplo, durante o "milagre econômico", de 1966 a 1974, os empréstimos ao setor privado evoluíram mais de 600% em termos reais. No entanto, foi a

entrada líquida de capitais externos até 1981, via empréstimos em moeda, a principal modalidade de financiamento de longo prazo encontrada pela economia brasileira

Este conjunto de mudanças permitiu também a ampliação do crédito dentro do setor agrícola através de redução fiscal visando diminuir os custos como também fomentar as exportações e o mercado interno.

### 2.3 CRÉDITO E CRESCIMENTO NO PAEG E NO MILAGRE ECONÔMICO

Analisaremos a partir do quadro abaixo, a expansão da base monetária através do M1 que conforme as notas metodológicas dos Meios de Pagamento do Banco Central é o papel moeda em poder do público mais depósitos à vista e é gerado pelas instituições emissoras de haveres estritamente monetários. Assim como o crédito ao setor público como o privado bem como uma síntese dos indicadores nos períodos analisados.

**Quadro 3-** Taxa de crescimento média dos meios de pagamentos e do crédito no Brasil com variação nominal e real - 1964 a 1973

<b>Taxa de crescimento dos meios de pagamentos e do crédito no Brasil - 1964 a 1973 (Variação Nominal e Real)</b>				
Período	M1	Crédito ao setor público	Crédito ao setor privado	Crédito total
1964	81,6	97,6	80,3	87,5
1965	79,5	70,0	57,5	63,0
1966	13,8	19,7	33,6	27,2
1967	45,7	16,3	57,3	39,7
1964-1967	52,5	47,1	56,3	52,7
1968-1973	35,7	-0,2	49,3	39,8
<b>Variação nominal</b>				
<b>Taxa de crescimento dos meios de pagamentos e do crédito no Brasil - 1964 a 1973</b>				
Período	M1	Crédito ao setor público	Crédito ao setor privado	Crédito total
1964	-5,5	2,9	-6,2	-2,4
1965	33,7	26,6	17,3	21,4
1966	-18,2	-14,0	-4,0	-8,5
1967	16,6	-6,9	25,8	11,7
1964-1967	4,8	1,1	7,4	4,9
1968-1973	13,9	-16,2	25,4	17,4
<b>Variação real (IGP)</b>				
<b>Médias por período - % ao ano</b>				

Fonte: IBGE, Estatísticas do século XX.

No período 1964-1967, as taxas de crescimento anuais médias em termos reais do M1 (M1 = papel moeda em poder do público + depósitos à vista) e do crédito foram de 4,8 e 4,9%, respectivamente. No período 1968-1973, essas taxas elevaram-se para 13,9 e 17,4%, respectivamente. Outro dado importante é que, enquanto no período 1964-1967 o crescimento médio anual real do crédito ao setor privado foi de 7,4%, essa taxa elevou-se para 25,4% no período 1968-1973, ao passo que a taxa de crescimento anual real do crédito ao setor público, de 1,1% em 1964-1967, foram de -16,2% em 1968-1973 (Hermann, 2005).

Com isso notamos que durante o período do Milagre Econômico o crédito passou por uma expansão, assim como a oferta de moeda, sendo o crédito mais voltado para o setor privado nesse período, com destaque para o excelente desempenho da indústria automobilística e de bens de consumo durável em geral, para o qual foi de grande importância a expansão do crédito ao consumidor.

As metas de expansão nominal dos meios de pagamento fixadas pelo governo foram ultrapassadas em 1964 e 1965 e as do crédito ao setor privado o foram nos três anos do PAEG.

Por sua vez observamos na tabela abaixo o crescimento de alguns indicadores macroeconômicos com destaque para o PIB que é nossa atenção principal no estudo, obteve uma média de 4,2% entre 1964 e 1967 e 11,1% de média entre 1968 e 1973.

**Quadro 4 - Síntese de Indicadores Macroeconômicos – 1964 – 1973**

<b>(médias anuais por período)</b>		
<b>Indicadores</b>	<b>Médias 1964-1967</b>	<b>Médias 1968-1973</b>
Crescimento do PIB (% ao ano)	4,2	11,1
Inflação ( IGP dez./ dez., % ao ano.)	45,5	19,1
FBCF (% PIB a preços correntes )	15,5	19,5
Taxa de crescimento das exportações de bens (US\$ correntes, % ao ano )	4,1	24,6
Taxa de crescimento das importações de bens (US\$ correntes, % ao ano)	2,7	27,5
Balança comercial (US\$ milhões)	412	0,0
Saldo em conta corrente (US\$ milhões )	15	-1.198
Dívida externa líquida / Exportação de bens	2,0	1.8

Fonte: IBGE, Estatísticas do século XX.

E na tabela abaixo a variação do PIB e do saldo no Balanço de Pagamentos em milhões de dólares, com isso verificamos a expansão do crescimento econômico iniciado em 1964 com o PAEG e o término do milagre econômico em 1973. O PIB cresceu a uma taxa média da ordem de 11% ao ano entre 1968 e 1973, liderado pelo setor de bens de consumo durável e, em menor escala, pelo de bens de capital.

O combate à inflação que antes era feito através da contenção de crédito passou para a esfera do controle de preços dos segmentos não-competitivos da economia de forma a levá-los a reduzir progressivamente suas margens de lucro à medida que aumentavam suas vendas sendo a política creditícia usada para incrementar estas vendas conforme Earp e Prado (2003).

Este conjunto de mudanças permitiu a ampliação do crédito dentro do setor agrícola através de redução fiscal visando diminuir os custos como também fomentar as exportações e o mercado interno.

O termo “milagre” se justifica ainda mais nesse caso em razão de duas relações macroeconômicas bastante conhecidas: (1) a relação direta entre crescimento e inflação (ou inversa entre desemprego e inflação, no original), retratada na Curva de Phillips; e (2) a relação inversa entre crescimento econômico e saldo do BP, retratada em diversos modelos de macroeconomia aberta, que ressaltam o “dilema” da política econômica entre o equilíbrio interno (rumo ao pleno emprego) e externo afirma Giambialgi (2011).

**Quadro 5-** Variação do Produto Interno Bruto real (PIB) e saldos no Balanço de Pagamentos em milhões de dólares.

<b>Varição do Produto Interno Bruto real (PIB) e saldos na Balança de Pagamentos em milhões de dólares.</b>		
<b>Ano</b>	<b>PIB (% ao ano)</b>	<b>Balança de pagamentos</b>
1964	3,4	4,0
1965	2,4	331,0
1966	6,7	-153,0
1967	4,2	245,0
1968	9,8	-32,0
1969	9,5	-549,0
1970	10,4	-545,0
1971	11,3	-530,0
1972	11,9	2439,0
1973	14,0	2176,6

Fonte: IBGE, Estatísticas do século XX.

Por meio do quadro pode-se analisar que entre 1968 e 1973 o crescimento médio do PIB foi de 11,5% ao ano, o que é uma taxa de crescimento superior a taxa do PAEG que foi de 4,17% ao ano.

Assim, a forte expansão econômica em 1968-73 no Brasil refletiu também a forte entrada de capital no país: os investimentos externos diretos (aqueles aplicados diretamente à produção de bens e serviços) e os empréstimos em moeda cresceram continuamente no período (exceto em 1972, no primeiro caso, e em 1973, no segundo). Esses recursos foram os grandes responsáveis pelo “milagre” brasileiro em relação ao BP, já que a tendência à deterioração das contas externas, sugerida nos modelos teóricos, foi confirmada para a conta de transações correntes conforme Giambialgi (2011).

O PIB per capita, que de 1970 a 1980 vinha se expandindo à taxa média de 6,1% ao ano, diminuiu 13% entre 1980 e 1983. A tímida recuperação apresentada no período de 1984-89 leva o valor desse indicador apenas a retornar aos níveis observados no início da década, de forma que se populariza a idéia de que os anos oitenta se constituíram para a economia brasileira, na "década perdida".

No plano financeiro, observa-se uma escalada do endividamento externo, com a quadruplicação da dívida entre 1966 que era de US\$ 3,66 bilhões, incluindo reservas de 412 milhões e 1973, quando a dívida bruta alcançou US\$ 12,57 bilhões conforme Almeida (2007).

O peso da dívida passou a assumir um papel maior com o aumento no pagamento dos juros.

Nos anos 70, a entrada de recursos externos através da Lei 4.131 (captação direta no exterior) e da Resolução 63 (captação externa através da intermediação de um banco brasileiro) foi, em média, equivalente a duas vezes o total dos créditos gerados a partir de fontes internas tradicionais de financiamentos de longo prazo.

Como o endividamento proporcionou ao país uma situação de liquidez extremamente folgada, nos anos 70, a poupança doméstica pôde ser direcionada para o financiamento do capital de giro das empresas. Já o atendimento da demanda de crédito para investimento foi transferido ao setor externo e, subsidiariamente, aos organismos oficiais internos de financiamento.

Com fatores externos como o segundo choque do petróleo em 1979 e o brusco aumento das taxas de juros internacionais que proporcionou o aprofundamento a crise externa brasileira através de uma série de mecanismos como o salto nos juros da dívida, pela reorientação dos fluxos de capital preferencialmente para os EUA e Europa e pelo impacto negativo sobre os preços relativos das "commodities", itens importantes da nossa pauta de exportação

“O Brasil beneficiou-se relativamente do crescimento generalizado do período anterior aos choques do Petróleo, talvez mais pelo lado da importação de capitais e de tecnologia, do que propriamente pela sua inserção nos fluxos mais dinâmicos do comércio

internacional, mesmo se a pauta exportadora foi sendo progressivamente diversificada desde os anos 1960 Almeida (2007).

#### **2.4 GOVERNO LULA (2003 – 2011)**

O primeiro governo Lula caracterizou-se pela manutenção da política econômica iniciada pelo antecessor Fernando Henrique Cardoso e por tomada de decisões visando acalmar os ânimos do mercado reticente com sua vitória e possíveis conseqüências macroeconômicas.

Sendo assim, nomeou para cargo de presidente do Banco Central o ex presidente mundial do Bank Boston, Henrique Meirelles, mantendo, inicialmente, todo o restante da diretoria anterior, reforçando o combate ao processo inflacionário e cortando gastos governamentais para viabilizar o objetivo fiscal.

Anunciou as metas de inflação para 2003 e 2004, de 8,5% e 5,5%, respectivamente, que implicavam um forte declínio em relação à taxa efetivamente observada em 2002, reforçando a política de combate a inflação. Elevou a taxa de juros básica (Selic) nas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), sinalizando uma mudança de postura visando acalmar os ânimos do mercado frente sua vitórias nas eleições de 2002.

No campo da economia real, após o efeito inicial da alta dos juros em 2003, o PIB teve um crescimento modesto, de apenas 1,1%. Porém — e no rastro do significativo crescimento da economia mundial — nos anos seguintes a economia brasileira mostrou um dinamismo muito maior. Somente no final de 2008 o crescimento seria interrompido pela crise mundial, mas retornando com grande vigor em 2010 conforme Giambialgi (2011).

No segundo mandato, já nota-se uma postura mais expansionista relacionada aos gastos governamentais e caracterizada pela expansão da base creditícia, assim como o ambiente externo favorecido pela atenção do mercado externo voltada para as commodities e com a crise de 2008 que influenciou na oferta de crédito no Brasil devido a retenção dos bancos privados e com isso maior uso dos bancos públicos.

Segundo Silva (2017) observam-se dois tipos de política monetária distintos durante o governo Lula: uma contracionista (no primeiro governo) que visava, principalmente, atrair capitais para valorizar o câmbio e conter a inflação; e uma expansionista (no segundo governo) que visava expandir o produto e o emprego, sobretudo, em meio à crise financeira de 2008-2009.

No período 2008-2009 a participação dos bancos públicos como Caixa Econômica Federal foi fundamental durante a crise de subprime de 2008, pois adotaram uma política que visou expandir a base creditícia em um cenário no qual os bancos privados passaram a exercer um papel com mais cautela e privilegiando a liquidez.

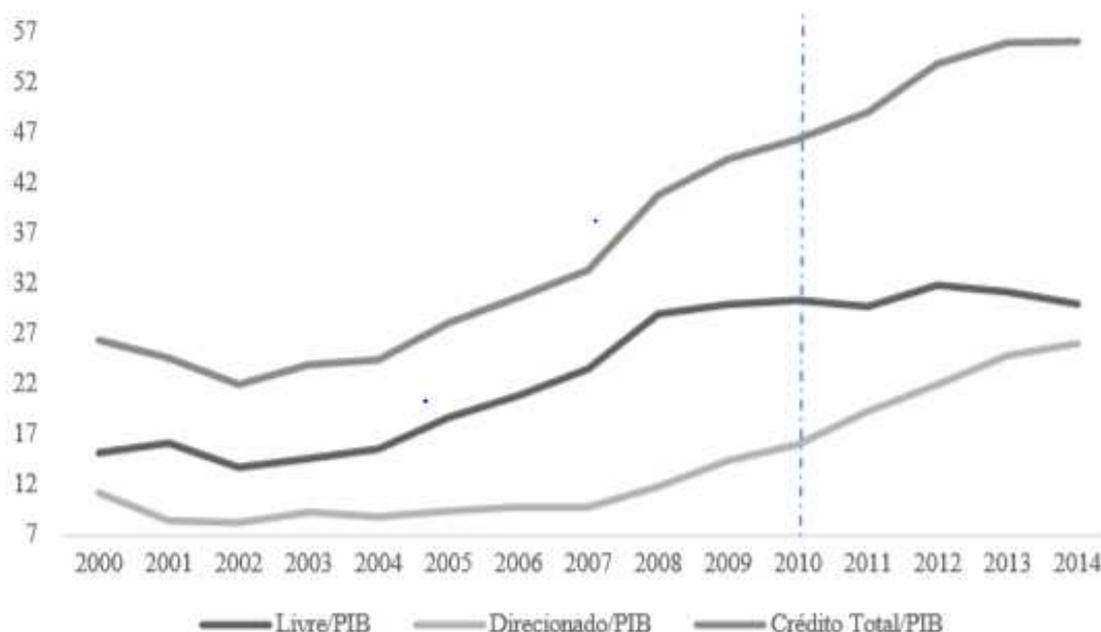
As medidas contra cíclicas dos bancos públicos forçaram os bancos privados a ampliar a oferta de crédito durante a crise de 2008-2009, potencializando o mercado interno. Mas essa reação foi temporária, depois da crise os bancos públicos seguiram ampliando significativamente seus empréstimos e os bancos privados seguiram com cautela, o que contribuiu para perda de participação dos bancos privados no percentual de empréstimos e aumento da dívida bruta do país (COSTA & PINTO, 2013).

Os anos do governo Lula também coincidiram com o surgimento de uma nova percepção de acordo com Giambialgi (2011) sobre o papel do país na economia mundial através de fatores como a crescente importância da economia chinesa no mundo e sua importância para o desenvolvimento no mercado de commodities e a avidez das economias emergentes por produtos dos quais o Brasil tornara-se um grande produtor, às descobertas de petróleo do pré-sal. Somando-se a isso o fato dos oito anos do seu governo se caracterizaram pela estabilidade macroeconômica e por avanços sociais importantes, além da estratégia brasileira ser premiada com o grau de investimento das agências de rating.

## **2.5 CRÉDITO E CRESCIMENTO NO GOVERNO LULA.**

Segundo os dados fornecidos pelo relatório DIEESE (2017), o crédito na economia brasileira já vinha se expandindo firmemente desde 2004, em função de uma série de fatores, como as expectativas otimistas em relação à retomada do emprego e da renda, a criação do crédito consignado com desconto em folha de pagamento e a aceleração dos investimentos produtivos a partir de 2006.

**GRÁFICO 1- A PARTICIPAÇÃO DO CRÉDITO/PIB 2000-2014.**



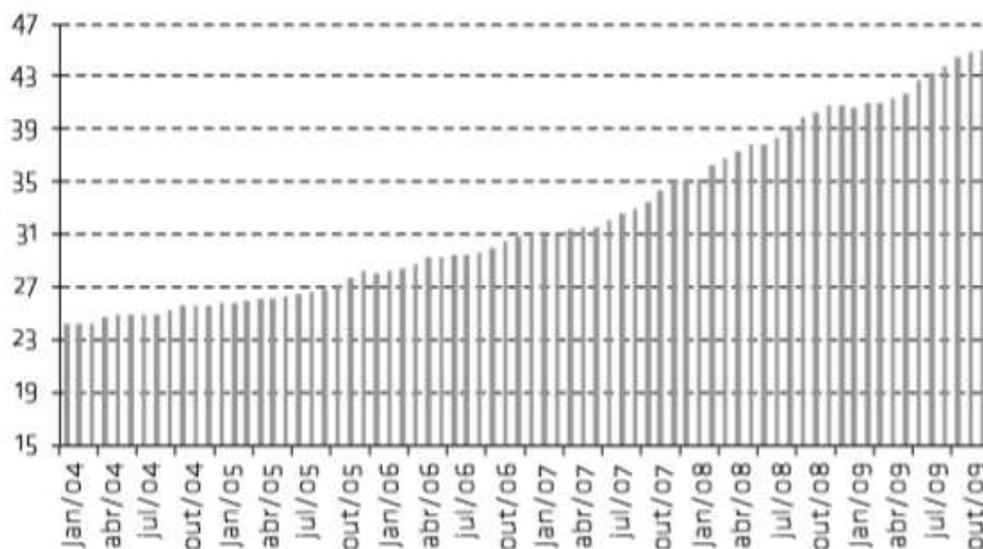
Fonte: BCB 2017

Em 2002 a participação do crédito no PIB era de 22%, saltando em 2011 no fim do governo Lula para a 47 %,levando ao dobro em relação ao início da década.

A expansão do crédito ocorreu originalmente por intermédio dos recursos livres e foi absorvida tanto pelas pessoas físicas quanto pelas jurídicas, ainda que, inicialmente, a velocidade de crescimento do crédito à pessoa física fosse muito mais intensa. Assim, as pessoas físicas que respondiam por 38% do total do crédito concedido com recursos livres, em dezembro de 2003, já eram responsáveis por 45% do total, em dezembro de 2007. Em 2008, a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a redução de 30% para 20% do limite de desconto dos aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) foram alguns dos fatores que afetaram negativamente a expansão do crédito à pessoa física (Prates e Biancareli, 2009)

O período 2004-2009 apresentou de um modo geral um quadro de maior aquecimento da atividade econômica e menor erraticidade do crescimento econômico, aliado a maior estabilidade de preços e câmbio. Em particular, o consumo das famílias e das empresas se ampliou significativamente, bem como os investimentos, aquecendo demanda por crédito na economia brasileira como afirma Martins e Ferraz.

**Gráfico 2-** Saldo das Operações de Crédito Totais do Sistema Financeiro Brasileiro % do PIB (janeiro de 2004 a outubro 2009).



Fonte: BCB

Nesse contexto, o saldo das operações de crédito totais cresceu aproximadamente 150% em termos reais entre 2004 e 2009, atingindo a cifra de R\$ 1,42 trilhão no final de 2009.

O segmento Pessoas Físicas apresentou a tendência mais forte e mais clara de expansão ao longo dos anos dentro da esfera privada, refletindo não só a maior propensão destas a se endividar como mudanças no Sistema Financeiro Nacional, que permitiram o maior acesso ao crédito pelas famílias.

Os bancos públicos contribuíram de maneira decisiva tanto para manter a expansão do crédito durante a crise quanto para manter os juros em queda.

Como observa Silva (2017) o segundo governo Lula conseguiu um espaço maior de manobra dentro do próprio sistema de metas de inflação para realizar uma política monetária um pouco mais expansionista em relação ao primeiro governo, uma vez que apesar de a inflação ter aumentado, ela sempre esteve dentro do intervalo em torno da meta estabelecida (de 4,5%) pelo Comitê de Política Monetária (COPOM).

A crise de 2008, representada pela falência do Lehman Brothers em 2008 refletiu sobre a oferta de crédito no Brasil através da maior participação dos bancos públicos agindo com o intuito de impedir as conseqüências da crise internacional na atividade econômica brasileira.

Também ocorreu uma maior a participação do crédito direcionado e o uso dos seus recursos que passou a ter um papel importante no desenvolvimento da economia brasileira.

O crédito ofertado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) permitiu ao governo evitar a inadimplência de alguns setores e estimular outros segmentos especialmente relevantes para evitar a retração da atividade econômica. Assim, o BNDES e a CAIXA direcionaram esforços com a finalidade de financiar, respectivamente, o investimento privado e o setor habitacional (Lundberg, 2011).

Assim como a introdução crédito consignado a partir de 2003, pela Lei no 10.820/2003. Acabou possibilitando aos trabalhadores vinculados a determinados sindicatos e aos servidores públicos e aposentados o acesso ao crédito bancário a taxas de juros proporcionalmente mais baixas.

Fatores externos como a situação da economia internacional com o crescente interesse em commodities, a adesão ao BRICS e ao fato da redução da taxa de juros natural da economia, que era extremamente elevada no início do Governo Lula, e que foi caindo ao longo do seu governo. E uma maior flexibilidade da política monetária, por perceber que era o momento de promover o crescimento do país frente à atual conjuntura.

#### **Quadro 6-** Síntese de Indicadores Governo Lula

Variável	Médias anuais por período - % ao ano		
	2003- 2006	2007-2010	2003-2010
Consumo total	3,0	5,3	4,1
FBCF	4,3	9,0	6,6
Exportações	10	1,7	5,8
Importações	9,7	13,6	11,6
<b>PIB</b>	<b>3,5</b>	<b>4,5</b>	<b>4,0</b>

Fonte: Extraído do IBGE 2018

Nota-se um crescimento do consumo total, que abrange o consumo das famílias e do governo, demonstrando o crescimento através da expansão do crédito como também de uma política expansionista de gastos, em contraponto com o primeiro governo.

Com o PIB saindo de uma média de 3,5% entre 2003 e 2006 para 4,5 entre 2007 e 2010, obtendo uma média de 4% no período analisado.

Na segunda metade do primeiro mandato de Lula, ocorreu uma mudança no discurso que passou ser mais voltado para o consumo, quando o consumo privado cresceu a uma média anual de apenas 1,5%, ante 3,4% do PIB, 12,8% das exportações reais e 6,1% das importações reais. Tal mudança marcou um contraste com o clima vigente até então e iria se caracterizar pela forte expansão do crédito e por uma política fiscal mais agressiva em termos de expansão do gasto público. Provocando assim uma aceleração do consumo, em particular o das famílias, que no segundo governo Lula cresceu a uma taxa muito superior à registrada na média dos primeiros quatro anos de Governo, terminando o consumo total que envolve as famílias e o governo com uma média de 4,1% entre 2003 e 2010. ´

### **3. A IMPORTÂNCIA DO MICROCRÉDITO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Neste capítulo abordaremos a importância do microcrédito como ferramenta de desenvolvimento e inclusão destacando o conceito de microcrédito, sua participação e relevância na modalidade de crédito direcionado e sua evolução nos últimos anos. Assim como sua aplicação e resultado através dos programas de microcrédito orientado como o Crediamigo e o Agroamigo, demonstrando seu alcance, setores beneficiado e valores envolvidos.

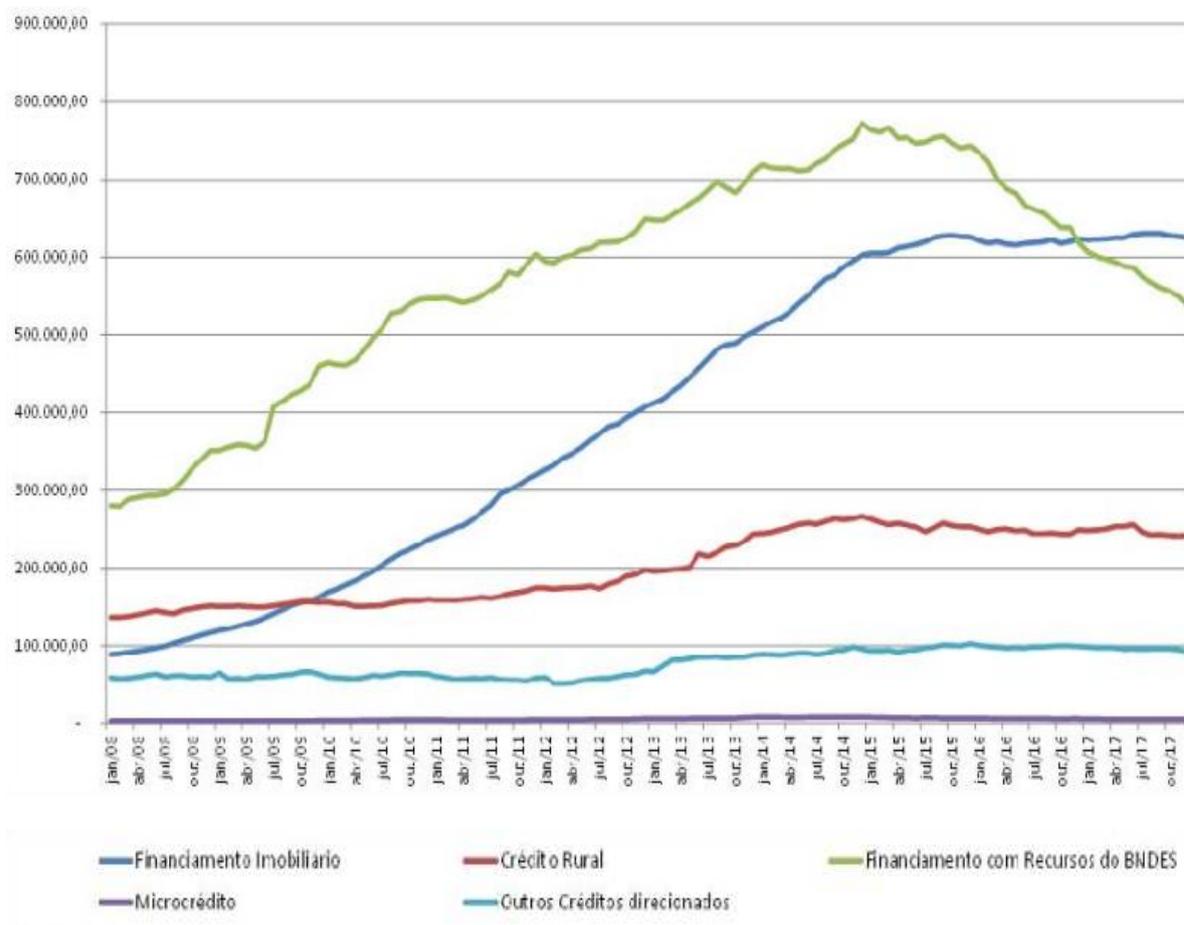
#### **3.1 CRÉDITO E MICROCRÉDITO NO BRASIL**

O microcrédito democratiza o acesso ao crédito do qual boa parte dos brasileiros está excluída. A disponibilidade de crédito para empreendedores de baixa renda, capazes de transformá-los em riqueza para eles próprios e para o país, faz do microcrédito parte importante das políticas de desenvolvimento.

O microcrédito deve ser compreendido como a concessão de crédito de baixo valor, destinado à micro e pequenos empreendimentos, geralmente informais, porém com alto potencial produtivo e com finalidade de alavancar as atividades iniciais, que contribuirão para o desenvolvimento dos negócios conforme SEBRAE (2009).

Os instrumentos de captação de recursos de terceiros se dividem, essencialmente, em três categorias: (i) crédito bancário, (ii) títulos de dívida e (iii) títulos de propriedade (ações). O primeiro deles é (em princípio) acessível tanto para empresas como para famílias, sendo os dois últimos comumente de acesso restrito às empresas (pessoas jurídicas). De um modo geral, um agente individual escolherá entre estes instrumentos no intuito de satisfazer suas necessidades quanto ao prazo e ao custo de cada obrigação, comparativamente à utilização de recursos próprios (MARTINS, 2009).

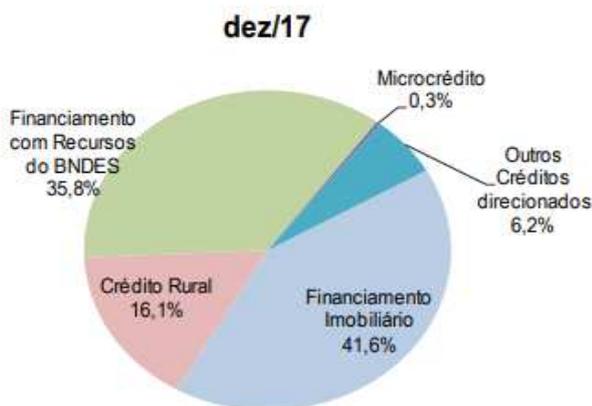
**Gráfico 3** - Evolução do saldo das modalidades de crédito direcionado (Brasil - janeiro 2008 a outubro de 2017).



Fonte: BCB 2017

Na modalidade de crédito direcionado ou dirigido foram criadas subsidiárias, como, por exemplo, o Banco Popular do Brasil, para conceder créditos ao setor informal da economia. O Banco do Nordeste desenvolveu um programa de crédito (CrediAmigo) para microempresários. Além disso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve papel primordial no financiamento de máquinas e equipamentos industriais, bem como no desenvolvimento das regiões através dos bancos regionais. Em 2002, os repasses e financiamentos do BNDES constituíam R\$ 93 milhões. Em 2010 os recursos correspondiam ao valor de R\$ 346 milhões, representando 59% do crédito direcionado segundo Silva (2017).

**Gráfico 4-** Participação relativa das modalidades de crédito direcionado Brasil até 2017.



Fonte: BCB 2017

Para entendermos o tamanho relativo do microcrédito, além da comparação com o SFN, pode-se tomar como referência o valor da carteira das principais modalidades de crédito para pessoas físicas: Cheque Especial (R\$20,2 bilhões), Crédito sem Consignação (R\$97,8 bilhões), Financiamento Rural e Agroindustrial (R\$142,1 bilhões), Cartão de Crédito (R\$144,6 bilhões), Veículos (R\$192,8 bilhões), Consignado (R\$221,9 bilhões) e Habitacional (R\$341,5 bilhões) de acordo com o relatório de Cidadania Financeira.

O crédito habitacional é regido pelo Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) e pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), sendo o SFH o principal concessor. As taxas praticadas são baseadas na Taxa Referencial (TR), computada pelo BC.

A estrutura do mercado doméstico de crédito imobiliário é caracterizada por dois marco legais: o SFH, de 1964; e o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), de 1997 e suas operações do SFH continuam sendo o principal tipo de empréstimo para aquisição de casa própria no Brasil, com recursos captados em cadernetas de poupança, que fazem parte do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), para realização de financiamentos com taxas reajustadas pela Taxa Referencial (TR) – índice calculado e divulgado pelo BCB com base nas taxas de juros praticadas no mercado (Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991) de acordo Lundberg (2011).

O crédito rural é um importante pilar da produção e funcionamento da economia agrícola como um todo e representa cerca de 2.0% do PIB. Ele é destinado a produtores rurais, ou associações com a mesma finalidade e é concedido pelos bancos que constituem o Sistema Nacional de Crédito Rural.

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi instituído com base nas disposições transitórias (artigos 54 e 55) da Lei Bancária, que constituiu o Banco Central do Brasil (Lei nº 4.595, de 1964). Por meio da Lei nº 4.829, de 1965, foi institucionalizado o crédito rural no Brasil – importante instrumento de incentivo à produção, investimento e comercialização agropecuária; e o Decreto nº 58.380, de 10 de maio de 1966, regulamentou o SNCR, tendo o BCB como órgão de regulação e controle. Com o SNCR, além do Banco do Brasil, os bancos públicos e privados passaram a ser obrigados a direcionar créditos ao setor agropecuário, ajudando a diversificar as fontes de recursos dos financiamentos rurais.

### **3.2 PROGRAMAS DE MICROCRÉDITO ORIENTADO.**

No Brasil, a iniciativa apareceu, nos anos 90, com a participação do Terceiro Setor. No começo de 2002, existiam 67 OSCIP de microcrédito e 24 SCM. Além disso, com governos populares sendo eleitos para as administrações municipais e estaduais, houve a implantação de “Bancos do Povo” para apoiar a geração de ocupação e renda.

Entre os bancos públicos federais, a iniciativa mais antiga foi a do CrediAmigo do Banco do Nordeste (BNB), em funcionamento desde 1998. O BNB fez a opção de criar uma OSCIP, o Instituto Nordeste Cidadania, para operar diretamente o microcrédito como observa COSTA (2010).

A trajetória do microcrédito demonstra sua utilidade com ferramenta de inclusão social, econômica e financeira sendo demonstrada pela expansão de programas orientados para o microempreendedor, entre eles se destacam o Crediamigo e o Agroamigo, ambos serão analisados neste capítulo.

**Quadro 7-** Valor e quantidade de operações da carteira total por clientes de microcrédito.

<b>Valor e quantidade de operações da carteira total por clientes de microcrédito</b>					
Tipo de cliente	Valor	% Total	Quantidade de operações	% total das operações	Valor médio
Pessoa física	5.063.728.419	95%	3.003.332	97%	1628
Pessoa jurídica	267.607.450	5%	94.638	3%	2828
<b>Total</b>	<b>5.331.335.869</b>	<b>100%</b>	<b>3.097.970</b>	<b>100%</b>	<b>1721</b>

Fonte: Banco Central 2015 (Série cidadania financeira)

Os dados acima de microcrédito no SCR, que é o Sistema de Informações de Crédito do Banco Central um instrumento de registro e consulta de informações sobre as operações de crédito, avais e fianças prestados e limites de crédito concedidos por instituições financeiras a pessoas físicas e jurídicas no país demonstram que a carteira total de microcrédito registrada no SCR era de R\$5,3 bilhões, relativos a 3,1 milhões de operações de crédito, que representavam 0,2 do valor total e 0,4% das operações do SFN.

Para efeito de comparação, o valor da carteira do microcrédito PF é de R\$5,1 bilhões (o tomador PF responde por 95% do valor e por 96,9% das operações de microcrédito).

Importante frisar a atuação do Banco Central do Brasil no lançamento do Programa Cidadania Financeira em 2013, como forma de integrar, de maneira inovadora, três vertentes de sua atuação: a inclusão financeira, a proteção ao consumidor de serviços financeiros e a educação financeira. Portanto gerando uma inserção das camadas mais baixas no sistema financeiro de crédito e claro a concessão de crédito para o consumo ou produção, pelo sistema financeiro nacional.

### **3.3 APLICAÇÕES E RESULTADOS DO CREDAMIGO E AGROAMIGO.**

O Crediamigo é o maior Programa de Microcrédito Produtivo Orientado da América do Sul, que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores pertencentes aos setores informais ou formais da economia (microempresas, enquadradas como Microempreendedor Individual, Empresário Individual, Autônomo ou Sociedade Empresária). Ele atua na concessão de créditos em grupo solidário ou individual. Grupo solidário consiste na união voluntária e espontânea de pessoas interessadas em obter o crédito, assumindo a responsabilidade conjunta no pagamento das prestações.

Foi fundado no dia 17 de novembro de 2003, completando 15 anos neste ano, realizou colaborações com o Instituto Nordeste Cidadania, com o objetivo de operacionalizar o programa de microcrédito Crediamigo, tendo em vista o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) do Governo Federal.

Já o Agroamigo é o Programa de Microfinanças Rural do Banco do Nordeste que tem como objetivo melhorar o perfil social e econômico do(a) agricultor(a) familiar do Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo, cuja operacionalização conta com a parceria do Instituto Nordeste Cidadania (INEC).

Tem como característica a presença nas comunidades rurais por meio dos Agentes de Microcrédito e atende, de forma pioneira no Brasil, a milhares de agricultores familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A metodologia inovadora do Agroamigo impulsiona a sustentabilidade dos empreendimentos rurais, a equidade de gênero no campo, a inclusão financeira dos agricultores(as) familiares e a redução de desigualdades.

As melhorias introduzidas pelo Programa abrangem:

- Conceder crédito orientado e acompanhado, de forma gradativa e sequencial.
- Atender aos clientes na própria comunidade, por meio do Agente de Microcrédito.
- Expandir, de forma quantitativa e qualitativa, o atendimento com redução de custos para o cliente.
- Aperfeiçoar o processo de concessão do crédito.
- Promover a inclusão financeira do (a) agricultor(a) familiar e seu acesso aos produtos e serviços do Banco.
- Sensibilizar os (as) agricultores (as) familiares quanto à importância da educação financeira.
- Conscientizar os (as) agricultores (as) quanto à necessidade de exploração sustentável do meio ambiente.

Ambos os programas adotam a metodologia da orientação através do atendimento por profissionais treinados, aos empreendedores formais ou informais com o intuito de inferir o perfil socioeconômico para entender a necessidade de crédito no relacionamento direto dos

assessores com os empreendedores, no próprio local de trabalho; e na prestação de serviços de orientação sobre o planejamento do negócio.

O suporte dado pelo Fundo Nacional do Nordeste (FNE), que é administrado pelo Banco do Nordeste, representando importante instrumento de financiamento de longo e médio prazo às atividades produtivas de empresas privadas do Nordeste.

O FNE contempla os seguintes segmentos: Indústria, Mineração, Turismo, Agroindústria, Agricultura Irrigada e não Irrigada, Pecuária, Comércio, Serviços, além de projetos nas áreas de capacitação e tecnologia.

O Banco do Nordeste também é agente financeiro principal do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que apóia o segmento econômico da agricultura familiar. Essa ação tem como instrumento o Agroamigo que aplica as metodologias mencionadas acima utilizando como principal fonte financeira os recursos do FNE.

Além disso, também ocorre o incentivo à utilização de tecnologia de convivência com a seca e à produção agroecológica, com eventos de capacitação e distribuição de material informativo, contribuindo para a disseminação de uma postura de negócios inclusivos.

#### **Quadro 8 – Indicadores de Alcance Crediamigo e Agroamigo**

<b>Agroamigo</b>					
<b>Indicadores de alcance</b>	2013	2014	2015	2016	2017
Carteira ativa ( R\$ milhões )	1,6	2,7	3,3	3,7	4,1
Clientes ativos	734266	940265	1097759	1117224	1214344
Quantidade de operações	421482	406408	448568	481595	518645
Valor contratado ( R\$ milhões )	1,2	1,5	1,8	1,9	2,3
<b>Indicadores de sustentabilidade</b>	2013	2014	2015	2016	2017
Carteira de financiamento	1.678.541	2.710.919	3.396.579	3.707.992	4.125.952
Taxa de inadimplência	3,30%	1,61%	2,00%	3,22%	3,33%
<b>Crediamigo</b>					
<b>Indicadores de alcance</b>	2013	2014	2015	2016	2017
Clientes ativos ( milhões )	1.659.699	1.862.239	2.060.827	2.073	2.001.150
Empréstimo desembolsados ( quantidade)	3,4	3,8	4,1	4,1	4,0
Empréstimo desembolsados ( R\$ milhões )	5,7	7,1	8,1	7,9	8,0
<b>Indicadores de sustentabilidade</b>	2013	2014	2015	2016	2017
Carteira de empréstimos (R\$ milhões)	2,2	2,7	3	2,93	3
Taxa de inadimplência	1,07%	1,03%	1,22%	1,90%	1,56%

Fonte: BNB 2017

Quanto à sustentabilidade, ambos mantêm taxas de inadimplência baixas o que garante a continuidade das concessões e principalmente a continuidade de uma política orientada que promove a inclusão financeira.

No que se refere à política de crédito, a sustentabilidade depende da cobrança de juros que cubram os custos totais de execução do programa e de um sistema eficiente de recuperação dos empréstimos, de modo a manter baixas as taxas de inadimplência (Passos *et al.*, 2002).

O Crediamigo, por exemplo, como o maior programa de microcrédito da América Latina tem uma média considerada baixa e é referencial para outros programas da região obtendo uma média 1,3 na taxa de inadimplência no período de 2013 a 2017.

Os resultados registram que o CREDIAMIGO aplicou mais de R\$ 58,9 bilhões desde a sua criação, compreendendo 35,7 milhões de operações contratadas. Com uma carteira com mais de dois milhões de clientes ativos.

Quanto ao Agroamigo, os resultados indicam que, até 2018, registram que o programa aplicou mais de R\$ 14,3 bilhões desde a sua criação, compreendendo 4,55 milhões de operações contratadas. Com uma carteira ativa de R\$ 4,49 bilhões, contando com mais de 1,27 milhões de clientes ativos.

#### **Quadro 9 – Valores desembolsados acumulados Crediamigo e Agroamigo**

<b>Valores desembolsados acumulados em milhões de reais</b>		
<b>Programa</b>	<b>Crediamigo</b>	<b>Agroamigo</b>
Período	Valores (milhões) R\$	Valores R\$
2003	1,1	-
2004	1,5	-
2005	2,1	R\$ 17.382,00
2006	2,7	R\$ 167.382,00
2007	3,5	R\$ 427.323,00
2008	4,6	R\$ 680.667,00
2009	6,1	R\$ 1.123.804,00
2010	8,2	R\$ 1.719.607,00
2011	11,1	R\$ 2.494.697,00
2012	15,5	R\$ 3.411.065,00
2013	21,2	R\$ 4.664.311,00
2014	28,3	R\$ 6.197.424,00
2015	36,5	R\$ 8.036.756,00
2016	44,4	R\$ 10.011.731,00
2017	52,5	R\$ 12.330.234,00
2018	58,9	R\$ 14.264.649,00

Fonte: Relatório BNB 2017.

Quanto aos valores desembolsados a partir de 2003 com a criação do Crediamigo e 2005, ano de fundação do Agroamigo, ambos mantêm trajetórias crescentes, o Crediamigo já aplicou mais de R\$ 58,9 bilhões desde a sua criação, compreendendo 35,7 milhões de operações contratadas aplicou mais de R\$ 58,9 bilhões desde a sua criação e o Agroamigo já registrou a aplicação de mais de R\$ 14 bilhões desde a sua criação, compreendendo 4,55 milhões de operações contratadas segundo os dados extraídos do relatório de Microfinanças do BNB 2017.

Os resultados, na posição de setembro de 2018, registram que o Agroamigo aplicou mais de R\$ 14,3 milhões desde a sua criação, compreendendo 4,55 milhões de operações contratadas. Com uma carteira ativa de R\$ 4,49 bilhões, contando com mais de 1,27 milhões de clientes ativos.

Os setores atividades envolvido nas aplicações do microcrédito orientado produtivo demonstram uma concentração no setor de comércios pelo lado do Credamigo e no setor de pecuária no Agroamigo.

#### **Quadro 10** – Setores beneficiados com o Credamigo e Agroamigo

Programas		% até 2011	% até 2017	Clientes ativos
Setores	<b>CREDAMIGO</b>			
	Comércio	91%	90%	Crescimento de 91% dos clientes ativos
	Indústria	1%	1%	
	Serviço	8%	9%	
	<b>AGROAMIGO</b>			
	Pecuária	81%	82%	Crescimento de 60% dos clientes ativos
	Agricultura	12%	13%	
	Serviço	6%	4%	
	Extratativismo	1%	1%	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Relatório BNB 2017, MICROFINANÇAS.

Em 2011 o CREDAMIGO contava com 1.046.062 clientes ativos passando para 2.001.150 no último relatório de outubro de 2017, enquanto o AGROAMIGO contava com 735.809.00 em 2011 passando para 1.214.344 em 2017.

Sendo o comércio o principal setor de atividade com predomínio em relação às outras atividades e a pecuária na pequena agricultura como maiores canalizadores dos recursos advindos dos programas de microcrédito produtivo orientado.

No Crediamigo, o Ceará juntamente com Bahia e Maranhão forma o grupo dos estados com maior participação no montante desembolsado com valores aproximados de R\$ 915, 375, 305 milhões de reais respectivamente.

Com isso a configuração dos programas de microcrédito orientado ganha força no debate sobre o crédito como ferramenta de desenvolvimento, pois as trajetórias ascendentes da carteira ativa de clientes de ambos os programas, os valores envolvidos nas contratações de empréstimos e índices de sustentabilidade que contrariam o funcionamento do sistema de crédito brasileiro para pessoas físicas, no qual as taxas de juros envolvendo cartões de crédito, por exemplo, são altas só ratificam o microcrédito como ferramenta da inserção de brasileiros na atividade produtiva, e além já que as metodologias dos programas de microcrédito orientado embasam seus atendimentos com o viés educacional, servindo assim como agente transformador através da educação financeira.

#### 4. CONCLUSÃO

Ao analisar a participação do crédito nos períodos analisados, verificamos cada com suas respectivas particularidades, no entanto enxergamos similaridades. Percebendo-se o aumento da atividade produtiva quando a oferta de crédito também expandiu.

Como tentativa de legitimar o governo militar, o presidente Costa e Silva, assim como Médici adotaram uma política monetária expansionista com a emissão de moeda e expansão do crédito para o setor privado, especialmente. Sendo esta uma atitude contrária estabelecida no PAEG que visava reduzir o crédito ao setor privado.

O PIB particularmente nesse período obteve uma trajetória saindo de 3,4% ao ano para 14,0% ao ano entre 1964 e 1973, aproveitando-se da expansão da base creditícia e de situação externa favorável que beneficiou com investimentos externos diretos e também evitou problemas com balança de pagamento. Os meios de pagamentos também cresceram no mesmo período analisado como observados nos dados do IBGE, obtiveram taxas médias de crescimento triplicadas com relação ao M1 de 1964 a 1967, que esteve ao redor dos 4,48% de variação real (IGP) passando para uma média de 13,9 % de média entre 1968 e 1973.

Assim como o crédito total (público e privado) ao analisarmos a variação real obteve uma taxa média de crescimento nesse período de 4,9 % entre 1964 e 1967 para e 17,4% entre 1968 e 1973, entretanto esse dado torna-se mais relevante ao especificarmos as médias para o crédito privado e público como feito no estudo, no qual observamos um aumento na taxa média de crescimento do crédito privado no período, que saiu de 7,4 entre 64 e 67 para uma média de 25,4 a.a entre 68 e 73.

O crédito público obteve trajetória diferente em relação ao PIB, visto que conforme visto no PAEG o intuito inicial era uma política creditícia mais restritiva com isso sua participação no crédito teve uma variação real negativa na taxa média de crescimento de 1,1% entre 64 e 67 e obtendo -16,1% a.a entre 68 e 73.

Essas variações demonstram o efeito das ações institucionais promovidas pelo PAEG que com a reforma financeira institucional através da criação do BACEN e de sociedades de créditos, financiamentos e investimentos, além do Banco do Brasil que virou um agente financeiro do governo na oferta de linha de crédito que fomentaram o crescimento do segmento de crédito de longo prazo gerando frutos para o Milagre Econômico e seu período de crescimento do PIB.

No governo Lula, o crédito também foi relevante para o desempenho econômico, no qual novamente a política monetária atuou de maneira distinta quando comparada ao primeiro mandato. Primeiramente atuando no combate inflacionário como visto no PAEG.

O governo adotou uma política restritiva de controle de crédito no primeiro mandato visando conter o avanço inflacionário e assumindo uma postura de equilíbrio fiscal que tinha como intuito de arrefecer os ânimos do mercado frente a sua vitória nas urnas e valorizar o câmbio

Embora a participação do crédito no PIB tenha praticamente dobrado de 2003 a 2011, isso tem como causa a mudança no segundo mandato que foi voltado para uma política mais expansionista tanto na expansão da base creditícia como no viés de aumento de gastos do governo. Com o PIB saindo de uma média de 3,5% entre 2003 e 2006 para 4,5 entre 2007 e 2010, obtendo uma média de 4% no período analisado.

Essa postura mais flexível do segundo mandato juntamente com a atuação do BACEN de continuar com juros menores e somada a maior participação do crédito e a influencia externa, como também o acesso ao crédito passou a ser visto como um conceito de microfinanças, como por exemplo, em 2013, o Banco Central do Brasil (BC) lançou o Programa Cidadania Financeira, como forma de integrar, de maneira inovadora, três vertentes de sua atuação: a inclusão financeira, a proteção ao consumidor de serviços financeiros e a educação financeira. Portanto gerando uma inserção das camadas mais baixas no sistema financeiro de crédito e claro a concessão de crédito para o consumo ou produção, pelo sistema financeiro nacional.

Assim como a expansão do microcrédito através dos resultados de programas do de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste, como o CREDAMIGO E O AGROAMIGO, ambos voltados para o pequeno empreendedor foram fundamentais para o crescimento econômico e adesão cada vez maior no total da carteira de clientes e clientes ativos como observamos nos dados do relatório do BNB de clientes ativos.

Sendo o crédito não só um instrumento de fomento a atividade produtiva como também de ferramenta de inclusão dos setores de menor poder aquisitivo na atividade econômica.

## 5. BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, P.R. . **As relações econômicas internacionais do Brasil dos anos 1950 aos 80.** Rev. bras. polít. int. vol.50 no.2 Brasília July/Dec. 2007.
- BASTIAN, E. F.**O PAEG e o Plano Trienal: Uma Análise Comparativa de suas Políticas de Estabilização de Curto Prazo** vol.43 no. 1 São Paulo Jan./Mar. 2013.
- C.YSNE, R. P. **POLÍTICA Econômica: A controvérsia sobre os conceitos de déficit público.** Conjuntura Economica, v.42, jul. 1988.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **CARTILHA DE MICROCRÉDITO** Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>> Acesso em 15 nov. 2018.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **JORNADA DA CIDADANIA FINANCEIRA.** Disponível em <[https://www.bcb.gov.br/Nor/relinconfin/jornada\\_educacao\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/Nor/relinconfin/jornada_educacao_financeira.pdf)> Acesso em 16 nov. 2018.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **PROGRAMA DE MICROFINAÇAS DO BANCO DO NORDESTE.** Relatório de 2017. Disponível em <https://www.bnb.gov.br/documents/22492/23742/OS-2018050-> Acesso em 21 de nov. 2018.
- COSTA, F. N. **Microcrédito no Brasil Textos para discussão UNICAMP** n. 175, abr. 2010.
- DIEESE. **ANÁLISE DO CRÉDITO NO PERÍODO RECENTE 2014- 2017.**Disponível em ><https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTecCredito2014a2017.pdf>< Acesso em 02 nov. 2018
- EARP, F.S; PRADO, C. L. **O “MILAGRE” BRASILEIRO CRESCIMENTO ACELERADO, INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA 1967-1973.** O Brasil Republicano. Vol. 3. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- GIAMBIALGI, F; VILELA, A;CASTRO,L.B;HERMANN,J. **ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA** Segunda Edição, 2011.
- GIAMBIALGI, F ;VELOSO, F.A;VILELA, A.**Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica.** Rev. Bras. Econ. vol.62 n.2 Rio de Janeiro Apr./June 2008.
- GIAMBIALGI, F;MOREIRA, M. M. **A economia brasileira nos anos 90.** 1. ed. – Rio de Janeiro: BNDES, 1999.
- LUCINDA, C.R; AVARTE, P. R. **Uma nova versão sobre a oferta de moeda no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG).** Estud. Econ. [online]. 2005, vol.35, n.3, pp.391-431.
- LUDBERG, E. L. **BANCOS OFICIAIS E CRÉDITO DIRECIONADO.** Brasília, Banco Central do Brasil, Novembro 2011.

MARTINS, N.M; FERRAZ, C. A. **A expansão do mercado de crédito brasileiro no período 2004-2009: determinantes, condicionantes e sustentabilidade.** Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 269-289, jul.-dez. 2011.

SILVA, J.A . **A política monetária nos governos Lula e Dilma.** REVISTA DE ECONOMIA DA UEG - VOL. 13, N.º 1, JAN/JUN. 2017.

SIMONSEN, M. H. & CAMPOS, R. O. (1974). **A Nova Economia Brasileira.** José Olympio, Rio de Janeiro.